

Unidade de Monitorização
de Políticas Públicas

POLICY PAPERS

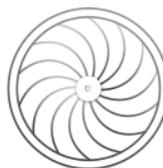
POLÍTICAS PÚBLICAS, CIDADES CRIATIVAS E REGENERAÇÃO
URBANA. CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DO VALOR DA
PLASTICIDADE E TEMPORALIDADE DOS LUGARES

Paulo Neto, Maria Manuel Serrano e Anabela Santos

UMPP Policy Papers Nº 1 | 2016



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA



UMPP®

Unidade de Monitorização
de Políticas Públicas

Ficha Técnica

Título: UMPP Policy Papers

Série: Policy Papers - Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP)

Coordenação: Paulo Neto e Maria Manuel Serrano

Autores do UMPP Policy Papers nº 1 | 2016: Paulo Neto, Maria Manuel Serrano e Anabela Santos

Design gráfico: Cristina Brázio

Numeração: UMPP Policy Papers nº 1 | 2016

Edição: Universidade de Évora

Data: 2016

ISSN 2183-8208

Periodicidade quadrimestral

Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP)

Universidade de Évora

Casa Cordovil, Sala 128, Rua Dom Augusto Eduardo Nunes, nº7

7000-651 Évora - Portugal

e-mail: umpp@uevora.pt

www.umpp.uevora.pt



*Os UMPP Policy Papers são publicados pela
Unidade de Monitorização de Políticas
Públicas (UMPP) da Universidade de Évora.
As opiniões expressas e os argumentos
apresentados nesta publicação são da
responsabilidade dos autores e não vinculam
a UMPP nem a Universidade de Évora nem as
demais entidades que financiam a atividade
da UMPP ou aquelas com as quais a UMPP
colabora.*

APRESENTAÇÃO DA UMPP

A Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP) da Universidade de Évora é uma estrutura técnica e científica dedicada à produção de conhecimento e informação sobre conceção, monitorização e avaliação de políticas públicas.

A UMPP foi criada com o apoio do Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013 (INALENTEJO) e tem como objetivo principal promover a avaliação e monitorização das políticas públicas implementadas ou em processo de implementação na unidade territorial NUTS II do Alentejo, bem como assegurar a ampla disseminação desse conhecimento neste âmbito territorial, bem como no contexto nacional e internacional.

A competitividade dos países, das regiões e das empresas está cada vez mais dependente das condições em que uns e outras tomam decisões e as concretizam de forma eficiente e eficaz. Neste sentido, a capacidade e competência na definição e implementação de políticas públicas por parte do Estado e a assertividade na concretização de estratégias e iniciativas bem sucedidas por parte das demais organizações são hoje fatores decisivos para o desempenho das sociedades em que se inserem.

A relevância, pertinência, coerência e valor acrescentado das políticas públicas são hoje aspetos absolutamente cruciais para as condições de desenvolvimento dos países, dos territórios, das organizações e dos indivíduos. Desde logo, em função dos contextos regulamentares e de enquadramento que estabelecem, dos mecanismos de incentivo e estímulo em que assentam, dos paradigmas e visão de futuro para que apontam, do nível de sofisticação e inovação que lhe está associado e da intencionalidade estratégica que imprimem e transmitem, numa perspetiva de médio e longo prazo, aos setores e atividades a que se destinam.

Num momento em que é cada vez maior o nível de exigência técnica e científica associado ao processo de planeamento da economia, da sociedade e dos territórios, e à construção e salvaguarda das suas condições de competitividade e de desenvolvimento, a Universidade de Évora entendeu criar uma Unidade de Monitorização de Políticas Públicas dedicada à produção de conhecimento e à avaliação e monitorização de políticas públicas aplicadas, ou em processo de aplicação nesta região.

A UMPP desenvolve a sua atividade em estreita cooperação com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA) e em parceria com as seguintes entidades: Delegação Regional do Alentejo do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP); Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRCAAlentejo); Entidade Regional de Turismo do Alentejo (Turismo do Alentejo); Agência para o Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL); Administração Regional de Saúde (ARS) do Alentejo; Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo (PCTA), Fundação Eugénio de Almeida (FEA) e Centro Distrital de Évora do Instituto da Segurança Social, IP.

A UMPP pauta a sua atividade por princípios de rigor, isenção, transparência e responsabilidade, e uma preocupação constante de auscultação e colaboração com as entidades e agentes da região Alentejo, mas também relativamente às de âmbito nacional e internacional.

Convidamo-lo(a) a conhecer o trabalho que fazemos!

Os UMPP POLICY PAPERS

A Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP) da Universidade de Évora é uma estrutura técnica e científica dedicada à produção de conhecimento e informação sobre conceção, monitorização e avaliação de políticas públicas.

Os UMPP Policy Papers são documentos síntese elaborados sobre questões de natureza metodológica, ou de debate técnico e científico, em torno de questões de avaliação ou de monitorização de políticas públicas. Os UMPP Policy Papers abordarão, entre outros aspetos, exercícios de avaliação e análise em torno de políticas ou de instrumentos de política pública concretas e serão concebidos com a preocupação de apresentar recomendações ou propostas de orientação futura.

Esta publicação destina-se a cumprir um dos objetivos da UMPP, nomeadamente a produção de conhecimento e de informação sobre a conceção, monitorização e avaliação das políticas públicas implementadas ou em processo de implementação na Região Alentejo, bem como promover a disseminação dessa informação no contexto regional e nacional.

O UMPP Policy Papers nº 1 - 2016 é dedicado à análise da problemática das cidades criativas e dos processos de regeneração urbana e ao debate, em torno das políticas públicas, sobre como, neste domínio, assegurar um justo equilíbrio entre a salvaguarda da identidade, da plasticidade e da temporalidade dos lugares.

POLÍTICAS PÚBLICAS, CIDADES CRIATIVAS E REGENERAÇÃO URBANA. CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DO VALOR DA PLASTICIDADE E TEMPORALIDADE DOS LUGARES

Paulo Neto¹, Maria Manuel Serrano² e Anabela Santos³

Resumo

As promessas de prosperidade associadas ao ideal de cidade criativa parecem estar a tornar-se irresistíveis para muitas cidades, que por isso o adoptam como referencial estratégico e o assumem como azimute dos processos de revitalização urbana que procuram desenvolver.

Algumas das soluções adoptadas consolidam e tiram partido das identidades territoriais, mas muitas outras, no esforço de reproduzir localmente soluções bem sucedidas noutros contextos territoriais, conduzem à crescente degeneração da identidade dos lugares, bem como a alterações estruturais significativas da sua plasticidade.

Neste UMPP Policy Paper será analisada a problemática das cidades criativas e dos processos de regeneração urbana, e o debate em torno das políticas públicas sobre como, neste domínio, assegurar um justo equilíbrio entre a salvaguarda da identidade, da plasticidade e da temporalidade dos lugares.

Palavras-chave: Cidades criativas, regeneração urbana, identidade, plasticidade, temporalidade

Introdução

A regeneração urbana⁴ e a revitalização dos centros históricos, conjuntamente com as questões da criatividade, da sustentabilidade energética e da necessidade de redução de emissões poluentes, são hoje alguns dos principais desafios que se colocam ao planeamento das cidades. Desde logo em Portugal - dadas as condições de crescente abandono e degradação em que se encontram muitos dos edifícios dos centros históricos das cidades portuguesas - mas também na Europa, uma vez que a maioria dos centros urbanos europeus são cidades históricas e, por isso mesmo, muito exigentes no que concerne aos processos de regeneração urbana e às problemáticas de preservação, salvaguarda e rentabilização que lhe estão associadas (Neto e Serrano, 2012).

¹ Universidade de Évora, Departamento de Economia, UMPP, CEFAGE-UE e CIEO-UALG, Portugal, e-mail: neto@uevora.pt.

² Universidade de Évora, Departamento de Sociologia, UMPP e SOCIUS/CSG-ISEG/UL, Portugal, e-mail: mariaserrano@uevora.pt.

³ Université Libre de Bruxelles, Solvay Brussels School of Economics and Management, iCite, Bélgica, e-mail: asantos@ulb.ac.be.

⁴ No ponto 2 discute-se detalhadamente o conceito de regeneração urbana e distingue-se de outros conceitos, frequentemente usados como sinónimos, ainda que o não sejam.

As cidades parecem estar a redescobrir o valor económico das indústrias criativas⁵ e da cultura, por isso, começam a apostar fortemente nestes setores, como forma de dinamização económica e de revitalização de zonas particularmente sensíveis, em termos patrimoniais e arquitetónicos. Por um lado, porque as indústrias criativas e as indústrias da cultura são atividades que convivem bem com edifícios e zonas particularmente nobres das cidades. Por outro lado, as indústrias criativas têm a capacidade de alavancar a inovação enquanto fator de competitividade, diretamente – através do desenvolvimento novos produtos e serviços - e indiretamente, a montante e a jusante do processo de produtivo – incentivando clientes e fornecedores a inovarem (Müller, Rammer e Trüby, 2009).

Por esta via, assistimos ao surgimento de um conjunto de apostas na rentabilização das oportunidades de revitalização urbana associadas a este tipo de indústrias. São disso exemplo, as estratégias assentes na afirmação de unidades territoriais especializadas em atividades no âmbito das indústrias criativas, nomeadamente, os *Design Districts*⁶, os *Fashion Districts*, os *Museum Districts*, os *Art Districts*, os *Antiques Districts*, os *Video & Cinema Districts* ou os *Music Districts*, que começam a emergir em várias cidades, em Portugal e no mundo.

Muitas das soluções adoptadas têm fortes implicações na identidade e plasticidade dos territórios e dos lugares. Enquanto algumas delas, consolidam e tiram partido das identidades territoriais, outras, no esforço de reproduzir localmente soluções bem sucedidas noutros contextos territoriais, levam a uma crescente degeneração da identidade dos lugares, bem como a alterações estruturais significativas da sua plasticidade, que importa acautelar (Neto, 2013).

Neste texto será analisada a problemática das cidades criativas e dos processos de regeneração urbana, no que respeita aos modos de assegurar um justo equilíbrio entre a salvaguarda da identidade, da plasticidade e da temporalidade dos lugares, e a capacidade de construir condições que lhes possibilitem o desempenho de novas funções urbanas e de novas soluções de modernidade.

1. As cidades criativas, conceptualização e políticas urbanas

A crescente concorrência internacional, pela visibilidade e pela atratividade, em que muitas cidades estão empenhadas e o esforço de cada uma delas para assegurar, a várias escalas territoriais, o seu lugar neste processo, despoletou, em alguns casos, o desenvolvimento de instrumentos de vigilância e prospeção estratégica de informação. Desta forma, as cidades ficaram habilitadas para acompanhar as estratégias em implementação, em vários centros urbanos, um pouco por todo o mundo.

Entre as principais consequências deste processo, encontra-se a veloz reprodução mimética, ou pelo menos a sua tentativa, das mesmas soluções e dos mesmos objetivos de desenvolvimento para centros urbanos muito diferentes. Refira-se ainda a sucessão cronológica de um conjunto de abordagens teóricas, que procuram introduzir fatores de inovação na conceptualização das políticas urbanas e sofisticar o modo de entender o planeamento das cidades.

Tende assim a afirmar-se um novo paradigma de desenvolvimento das cidades, assente na consolidação da relação entre a economia e a cultura, que procura estreitar, numa perspectiva multidimensional, os laços

⁵ Entendendo-se por indústria criativa todas as atividades com forte vertente artística. A UNCTAD classifica as indústrias criativas em quatro grandes grupos - património, artes, média e criações funcionais – os quais, por sua vez, são divididos em nove subgrupos - sítios culturais, expressões culturais tradicionais, artes visuais, artes de palco, publicação e imprensa, audiovisuais, design, novos meios de comunicação e serviços criativos (UNCTAD, 2008).

⁶ *District* entendido enquanto bairro, área, zona, quarteirão ou circuito urbano.

entre a inovação, a tecnologia, o conhecimento e a sociedade (UNCTAD, 2008). A abordagem e a conceptualização relativa às cidades criativas segue precisamente esta tendência. A literatura sobre as cidades criativas surge em 2000⁷, com as obras de Landry (2000) e Florida (2002), na sequência das propostas e da procura de teorias explicativas para as dinâmicas locais de inovação, nomeadamente de Pratt (1996) e Maillat e Kebir (1999) relativamente às *innovative regions* e às *learning regions* – as regiões que, funcionando como coletores de conhecimento e de ideias, são especialmente capazes de gerar as infraestruturas e a atmosfera necessárias aos processos de desenvolvimento do saber, da inovação e da aprendizagem e tirar pleno partido da economia do conhecimento – e aos *millieux innovateurs* de Aydalot (1986) e Ratti, Bramanti e Gordon (1997).

Contemporâneas do conceito de cidades criativas são também as propostas sobre as *entrepreneurial cities* de Hall e Hubbard (1998), as *innovative cities* de Simmie (2001), as *intelligent cities* de Komninos (2002) e as *knowledge cities* de Carrillo (2004) e Van Winden e Van der Berg (2004).

O conceito de *entrepreneurial city* associa a ideia de cidade à ideia de empresa. Parte do pressuposto de que o esforço das cidades para assegurar a sua competitividade e desenvolvimento económico à escala global, gera múltiplos benefícios para os cidadãos que nela residem (Leitner e Sheppard, 1998).

Uma *intelligent city* é um território com elevada capacidade de aprendizagem e de inovação, resultado da criatividade da sua população e das instituições territorialmente presentes, da capacidade local de produção e de gestão de conhecimento e da qualidade das infraestruturas de informação e comunicação de que dispõe (Komninos, 2006).

As cidades criativas têm por base a ideia de que a cultura e os valores que lhe estão associados - nomeadamente um determinado modo de vida, uma forma particular de estar e uma capacidade de expressão criativa - constituem um terreno particularmente fértil para a criatividade emergir e afirmar-se como um importante factor de desenvolvimento económico (Landry, 2000).

Para Landry (2000), o potencial de desenvolvimento associado à criatividade será particularmente efetivo se localmente se verificar um contexto propício ao desenvolvimento de fortes processos de liderança; uma sólida cultura organizacional baseada na efetiva capacidade relacional dos agentes e entidades; um elevado nível de qualificação e talento das populações locais, ou passíveis de serem atraídas ao território; um ambiente multicultural dinâmico; uma forte identidade local e a existência de características patrimoniais e de equipamentos sofisticados e distintivos (ver tabela 1).

⁷ Num contexto mais lato, a noção de indústria criativa surge pela primeira vez na Austrália em 1994, no *Creative Nation Report*. Porém, só em 1997 no Reino Unido, através do Departamento de Cultura, Media e Desporto, é que lhe é conferida uma exposição mais ampla para os decisores políticos (UNCTAD, 2008: 11).

Tabela 1: As Cidades Criativas - Fatores Críticos de Sucesso

Governança	Conectividade	Ambiente de <i>Clustering</i>	Talento e Ambiente Social	Espaço Construído	Ambiente Cultural	Ambiente Natural e Paisagístico
Liderança de base territorial	Boa acessibilidade física	Especialização económica	Recursos humanos qualificados	Espaços e equipamentos multifuncionais	Identidade única e distintiva	Qualidade ambiental
Mecanismos de parceria privada e pública	Infraestruturas tecnológicas de comunicação e informação de elevada qualidade	Existência de indústrias criativas e do conhecimento	Profissionais criativos e produtores de conhecimento	Contextos territoriais icónicos e dinâmicos	Elevada disponibilidade e qualidade de equipamentos de cultura e de lazer	Paisagem distintiva
Políticas urbanas inovadoras	Elevada permeabilidade à comunicação e ao relacionamento	Cultura empreendedora	Ambiente social diversificado e multicultural	Arquitetura distintiva		Sistemas de mobilidade sustentável
Pro-atividade nas políticas territoriais de suporte ao desenvolvimento		Proximidade a infraestruturas e instituições produtoras de conhecimento	Significativa presença de residentes estrangeiros			
		Cooperação institucional	Forte relacionamento social			

Fonte: Cunha e Selada (2009:).

Tal como a grande maioria das abordagens referidas, a perspetiva das cidades criativas assenta no desígnio de utilizar, e rentabilizar, a criatividade, o conhecimento, a inovação e o empreendedorismo, a favor do desenvolvimento das cidades e da sua regeneração. Especialmente através da aposta nas indústrias criativas⁸ e nas indústrias da cultura⁹, localizadas¹⁰ ou a instalar na cidade, enquanto *drivers* de competitividade e atratividade (Neto e Serrano, 2012).

As cidades do futuro serão uma conjunção criativa de tecnologia, artes e comunicação (Hall, 2000). A aposta na criatividade, inovação e conhecimento, e consequentemente nas atividades e indústrias que lhes estão direta e indiretamente associadas, é precisamente um dos aspetos mais apelativos desta abordagem. Desde logo, porque incentiva o desenvolvimento nas cidades de contextos sofisticados e participativos de

⁸ Segundo o *British Department of Media, Culture and Sports* (1998), as indústrias criativas são atividades que têm a sua origem na criatividade, competência e talento individual, às quais está associado um forte potencial de criação de emprego e de riqueza, decorrente da rentabilização e gestão de direitos de propriedade intelectual.

⁹ Towse (2003) define indústrias da cultura como sendo indústrias de produção em série, de bens e serviços com suficiente conteúdo artístico, para que possam ser consideradas criativas e culturalmente significativas.

¹⁰ E a sua organização e estruturação sistémica em clusters criativos Wu (2005) entendidos como lugares que apresentam cumulativamente as seguintes características: i) Uma comunidade de pessoas criativas e interessadas nos fatores associados à novidade e à inovação; ii) Um lugar catalisador onde pessoas, ideias e talentos sejam estimulados de forma sinérgica; iii) Um contexto territorial diversificado com elevada liberdade de expressão; iv) Um forte contexto relacional que consolide a identidade e a singularidade do lugar.

governança¹¹ e de governação¹² territorial, bem como de soluções que procurem incrementar o carácter cosmopolita da sua vivência, a atração e fixação de novas elites criativas (Florida, 2002) e de indústrias baseadas no conhecimento, nas artes e na cultura.

As atividades económicas apresentadas como indústrias motoras deste novo paradigma, são elas próprias indústrias sofisticadas, limpas, com forte potencial de atratividade, grande valor económico e grande capacidade para gerar e salvaguardar contextos espaciais e funcionais únicos, singulares, irrepetíveis ou exclusivos.

A possibilidade de assegurar e territorializar soluções ímpares de desenvolvimento urbano e de dinamizar localmente setores económicos e ecossistemas criativos (Pratt, 2004; INTELI, 2011) - organizados de forma a rentabilizar e potenciar condições identitárias específicas e a gerar contextos e lugares urbanos diferenciados - a par do potencial económico associado a estes setores¹³ e do seu potencial de adaptabilidade às características específicas de cada território, parecem ser uma das suas principais forças.

Rato, Roldão e Mühlen (2009) propõem uma tipologia de cidades criativas em função do tipo de adaptação das intervenções às características dos territórios e da natureza dominante na intervenção, distinguindo: i) *natural born cities approach*; ii) *cultural-led social inclusion approach*; iii) *business approach*; iv) *buldozer-business approach*; v) *european capital of culture event approach*; vi) *enhancing approach*; vii) *phoenix from the ashes approach*.

A abordagem das cidades criativas é apelativa também do ponto de vista do planeamento urbano, em virtude de ter sido apresentada desde o início como um *toolkit* (Landry, 2000), isto é, um manual ou receituário, para a intervenção na cidade, associando-se-lhe, desta forma, uma ideia muito forte de exequibilidade e sucesso.

A partir de 2000, um conjunto de outros fatores contribuíram também para uma crescente afirmação e aceitabilidade desta abordagem. Desde logo, a importância e interesse registado, em todas as ciências, relativamente aos conceitos de inovação e criatividade e a relevância que as indústrias criativas e da cultura foram assumindo em muitos contextos territoriais (Costa, Seixas e Roldão, 2009). Registe-se ainda, a importância que as questões da cultura e da criatividade assumiram no conjunto das políticas da União Europeia¹⁴ e, conseqüentemente, nas políticas nacionais dirigidas às cidades, na própria política de coesão, na política europeia para a cultura e em muitas das políticas dirigidas à economia (Neto e Serrano, 2012).

No contexto europeu, a década 2000-2010 foi marcada por uma agenda política focada no conhecimento, na inovação, na criatividade, no apelo e incentivo à terceirização da economia europeia e na aposta em novos setores com forte intensidade de conhecimento e inovação. Esta agenda foi reforçada na Estratégia Europa 2020¹⁵.

¹¹ A governança territorial assenta na possibilidade de concretização, num determinado território, de procedimentos e mecanismos de subsidiariedade horizontal, mobilizando para o processo de tomada de decisão, os agentes económicos e institucionais territorialmente mais relevantes (Neto, Couto e Natário, 2009).

¹² No sentido da governação pública propriamente dita, isto é, de carácter mais político-administrativa.

¹³ Cf. European Commission (2006), *The Economy of Culture in Europe*, Study prepared by KEA, European Affairs for the European Commission, Directorate-General for Education and Culture, Brussels.

¹⁴ Um dos momentos relevantes foi a publicação em 2009, Ano Europeu para a Criatividade e Inovação, do *Manifesto para a Criatividade e Inovação na Europa*.

¹⁵ Cf. Comissão Europeia (2010), *Europa 2020. Estratégia para um Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo*, COM(2010) 2020 final, 03/03/2010.

A União Europeia fez assim uma aposta sistémica¹⁶, multi-sectorial e multi-territorial, relativamente à criatividade e à sua consideração no processo de planeamento e nas políticas públicas, nacionais e comunitárias, dirigidas às cidades. Neste contexto, umas das políticas europeias que mais contribuiu para a inclusão das questões de identidade e criatividade nos processos de desenvolvimento e revitalização urbana, foi a política Capital Europeia da Cultura¹⁷.

As cidades capitais europeias da cultura, apresentadas como casos exemplares de intervenção urbana, são acompanhadas de perto pelos decisores públicos, atentos às soluções inovadoras aí apresentadas e constituem, desta forma, uma fonte de informação preciosa a partir da qual se replicam, à escala continental, muitas soluções e políticas urbanas (Neto, 2013).

Dada a natureza das indústrias criativas¹⁸, estas são particularmente enquadráveis em contextos territoriais de elevada qualidade patrimonial e podem gerar fenómenos de consolidação, reforço e rentabilização da identidade dos territórios. Podem ainda contribuir para a criação de ambientes exclusivos em contexto de cidade, garantindo-lhes uma visibilidade crescente.

A abordagem conceptual das cidades criativas - e a promessa de desenvolvimento urbano e do modo de vivência da cidade que lhe está associada - é inquestionavelmente apelativa e objetivamente interessante. Tem, no entanto, implícita a procura de um limiar de utopia para as cidades, que resulta da difícil concretização dos seus objetivos, mas também do risco de não serem consideradas plenamente as características e especificidades dos lugares a que se aplicam.

As cidades criativas são ainda apresentadas como soluções urbanas que apostam na inclusão social, no diálogo multicultural, na democratização da cultura e do acesso à cultura, na democracia participativa e na sofisticação dos mecanismos territoriais de governança. Esta dimensão sócio-cultural da cidade criativa reforça, naturalmente, a pertinência da abordagem.

No entanto, Liefoghe (2010) alerta para o fato de, não raras vezes, os decisores públicos e os agentes económicos e institucionais envolvidos nos processos de decisão sobre as cidades, definirem estratégias para a concretização deste tipo de paradigma que facilmente se tornam um conjunto de utopias, nomeadamente:

- i) Económicas – associadas à efetiva capacidade de cada cidade ter reais condições para atingir um nível de competitividade e atratividade global;
- ii) Sociais – relativas à expectativa de inclusão social, muitas vezes frustrada porque, na prática, resulta na substituição dos residentes por novas elites atraídas às zonas intervencionadas;
- iii) Políticas – relacionadas com o seu real e efetivo potencial de democratização da participação nos processos e nas escolhas sobre o futuro da cidade; iv) Culturais – decorrentes do surgimento de novas formas de exclusão cultural e de transformação ou de destruição da identidade dos lugares.

A chamada de atenção de Liefoghe (2010) é pertinente, quer quanto ao questionar do potencial de concretização do referencial de chegada da própria abordagem, quer quanto aos resultados práticos da sua aplicação.

¹⁶ Perceptível em documentos como a *Agenda Territorial 2020 da União Europeia* ou a *União da Inovação*. Cf. European Union (2011), *Territorial Agenda of the European Union 2020. Towards an Inclusive, Smart and Sustainable Europe of Diverse Regions*, Informal Ministerial Meeting, 19 May, Gödöllő, Hungary.

¹⁷ Para um conhecimento detalhado desta política europeia recomenda-se a leitura de European Commission (2009), *European Capitals of Culture: The Road to Success. From 1985 to 2010*, Luxembourg: European Communities.

¹⁸ No conceito de indústrias criativas incluem-se atividades como a arquitetura, a publicidade, as artes visuais e as antiguidades, o artesanato e a joalheria, o *design*, o cinema, o vídeo e o audiovisual, o *software*, a música, as artes performativas, a edição e a televisão e rádio. A combinação de atividades como estas, em contextos urbanos particulares, representam para esses territórios um importante factor de recomposição das suas condições de competitividade (Scott, 2006).

2. As cidades criativas e os processos de regeneração urbana

O conceito de cidade criativa alerta também para o facto de, para além das soluções tradicionais de renovação e de revitalização urbana, as cidades estarem a demonstrar um interesse crescente na criação de zonas particularmente imbuídas num clima de inovação e criatividade (Verwijnen, 1999).

Um dos mecanismos responsáveis pela rápida transposição para os territórios, dos fundamentos e objetivos da abordagem das cidades criativas, são os processos de requalificação e revitalização urbana, muitos deles assumindo esse referencial como paradigma de desenvolvimento.

Muito embora o conceito de cidade criativa constitua uma abordagem global para o processo de desenvolvimento das cidades, e não apenas para uma parte do seu território, e os processos de reabilitação e revitalização urbana sejam quase sempre intervenções espacialmente muito demarcadas, estas têm de fato assentado numa aposta crescente nas indústrias criativas, nas indústrias da cultura e em eventos ou iniciativas a elas associadas¹⁹.

Desta forma, procura-se replicar num espaço territorial delimitado, no contexto da cidade, todo o instrumental próprio do paradigma das cidades criativas, procurando gerar lugares, bairros, ou quarteirões ditos criativos.

As políticas e os modelos de intervenção sobre os espaços urbanos têm vindo a registar mudanças significativas, inclusivamente do ponto de vista concetual, ao longo das últimas décadas. Sinteticamente, importa distinguir os seguintes períodos (Tosics, 2009): i) Década de 1970 - sobretudo caracterizada por processos de renovação urbana *hard*, assentes em extensas intervenções físicas nos espaços urbanos; ii) Década de 1980 - especialmente marcada por iniciativas de reabilitação urbana *soft* e cirúrgicas, dominadas por esforços dirigidos à manutenção das populações originais nos lugares intervencionados; iii) Década de 1990 - particularmente centrada numa requalificação urbana integrada, procurando assegurar intervenções através da atuação combinada nas dimensões física, social e económica; iv) Década de 2000 - focada nos processos de revitalização urbana, especialmente assente na implementação de um processo de planeamento estratégico, de modo a reconhecer, manter e introduzir valores e valor, de forma cumulativa e sinérgica, nos territórios. Na tabela 2 caracteriza-se, sinteticamente, cada uma das tipologias de intervenção apresentadas.

¹⁹ Iniciativas muitas vezes de natureza efémera, com poucas garantias de durabilidade e sobrevivência futura, o que compromete a continuidade e o resultado das soluções adoptadas.

Tabela 2: Da Renovação à Revitalização Urbana - A Evolução dos Conceitos e dos Modos de Intervenção

Conceitos	Objectivos e Natureza da Intervenção	Tipologia da Intervenção	Âmbito Espacial
Renovação Urbana	Assenta na ideia de demolição do edificado e sua consequente substituição por construção nova, com características morfológicas e tipológicas diferentes e/ou com novas atividades económicas associadas.	Assenta em intervenções de larga escala, de transformação integral com implicações nas dimensões: a) morfológica (a forma da cidade e da paisagem); b) funcional (a base económica e as funções associadas); c) social (substituição dos residentes tradicionais por outros com níveis de rendimento, instrução e estilos de vida distintos).	Muito localizado
Reabilitação Urbana	Assenta numa lógica de atuação <i>hard</i> sobre o tecido edificado e sobre o tecido económico e social, procurando não a sua destruição mas a sua habilitação ou readaptação a novas situações e funcionalidades urbanas.	Dá especial atenção ao próprio processo de reabilitação, nomeadamente às metodologias, às equipas, às parcerias e à participação. O conceito remete para uma forte preocupação com o património histórico-arquitectónico e com a manutenção das populações nos centros das cidades.	Localizado
Requalificação Urbana	Assenta na procura da melhoria das condições de vida das populações, promovendo a construção e recuperação de equipamentos e infraestruturas e a valorização do espaço público com medidas de dinamização social, económica, cultural e paisagística.	Procura ter um carácter mobilizador, acelerador e estratégico, voltado para o estabelecimento de novos padrões de organização e utilização dos territórios, e para um melhor desempenho económico.	Localizado
Revitalização Urbana	Assenta na implementação de um processo de planeamento estratégico, capaz de reconhecer, manter e introduzir valores de forma cumulativa e sinérgica. Isto é, procura intervir numa lógica de médio e longo prazo, de forma relacional, assumindo e promovendo os vínculos entre territórios, atividades e pessoas.	Não se limitando a ser uma soma de projetos ou programas aplicados num determinado território, procura assegurar uma operação física e ambientalmente sustentável, com uma forte performance económica e financeira e sólida coesão social e cultural.	Localizado, mas com perspectiva sistémica e geometria variável.

Fonte: Síntese elaborada pelos autores a partir de Guerra, Seixas, Freitas, Moura, Afonso, Almeida e Caleia (2005).

Nos últimos anos, tem havido uma mudança gradual nas ferramentas e instrumentos de suporte às políticas de intervenção nas cidades que colocam uma ênfase maior nas questões relacionadas com o *software* do processo, a formação de parcerias, o desenvolvimento de lideranças e a criação de competências institucionais de aprendizagem (Magalhães, 2004); bem como, na criação de contextos territoriais multidimensionais, multiníveis e multiatores de governança (OECD, 2007). A sociedade e os sectores económicos passaram a ser convidados a participar nos processos de decisão, mas também no

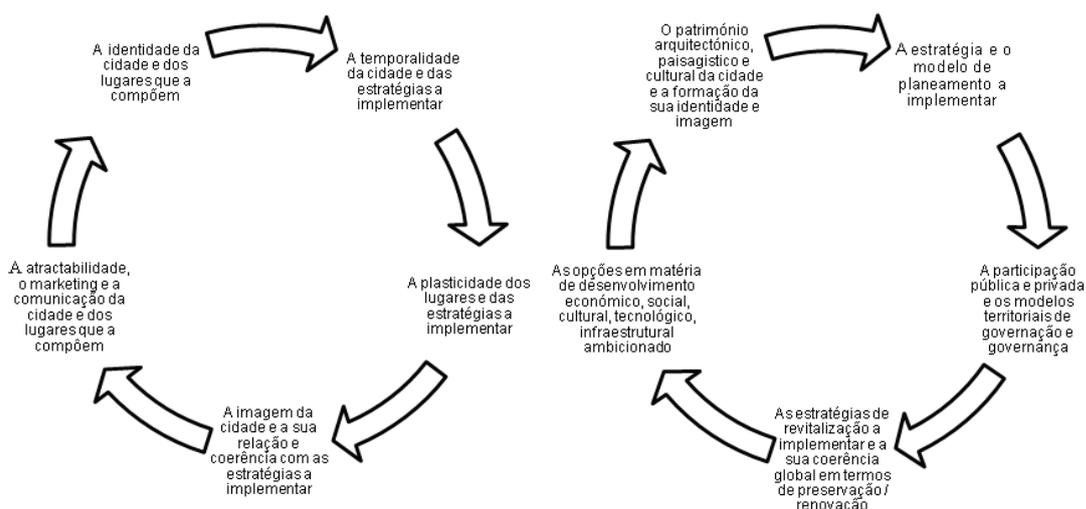
financiamento e corresponsabilização financeira dos processos de intervenção no espaço urbano (OECD, 2001).

Esta mudança resulta, por um lado, da crescente importância na literatura de conceitos como governança territorial, densidade relacional interinstitucional, criatividade de base territorial, sistema social de produção, *marketing* e atratividade territorial, cartografia e *portfolio* relacional dos territórios (Neto e Serrano, 2011); por outro lado, deriva do fato de as políticas públicas dirigidas à promoção das condições territoriais de competitividade destacarem de modo crescente a ação coordenada entre atuações nos seguintes domínios (Neto e Serrano, 2010): i) Projetos de infraestruturação com relevância económica direta e forte potencial de cooperação público-privado e de transferência de tecnologia e conhecimento; ii) Iniciativas de incentivo ao desenvolvimento de *clusters* de base territorial com forte potencial de eficiência colectiva; iii) Medidas de fortalecimento do relacionamento entre a investigação e a indústria, assentes na articulação entre produtores e consumidores de conhecimento.

Os conceitos de renovação, reabilitação, requalificação e revitalização urbana referem-se a atuações de gradação diferenciada, quanto à sofisticação dos seus objetivos e do seu quadro de intervenção. Ainda assim, correspondem quase sempre a intervenções muito localizadas e parcelares no contexto das cidades e que, na maior parte dos casos, não procuram plenos efeitos sistémicos entre si (Neto, 2013).

Por esta razão, deverá ser reconhecida a diferenciação daqueles conceitos e do seu significado, relativamente à noção de regeneração urbana, a qual procura corresponder a um nível superior de abordagem, mais integrada, mais sistémica – em termos espaciais, económicos, infraestruturais, de planeamento e de gestão da atratividade – e que deverá ter como escala de planeamento e de atuação, com princípios de geometria variável, a cidade no seu conjunto. Uma forma de intervenção que conceba e possa gerir de forma integrada as multidimensões da cidade e do seu processo de planeamento (ver figura 1).

Figura 1: A Regeneração Urbana e o Planeamento Integrado e Sistémico da Cidade



Fonte: Neto e Serrano (2011).

O desenvolvimento global de uma área da cidade é afetada pelas tendências presentes em cada uma das parcelas do seu território. O centro não é independente da periferia, os seus problemas reforçam-se mutuamente e as soluções para um território dependem das escolhas feitas em outros contextos territoriais (Pinho, 2009) pelo que, só uma abordagem sistémica poderá garantir a qualidade individual e global das intervenções.

Por vezes, os decisores públicos abordam individualmente cada um dos territórios em que irão decorrer cada uma das intervenções no espaço urbano. Esta abordagem não só não salvaguarda a concretização de uma visão global para o conjunto das intervenções, como limita fortemente o desenvolvimento sistémico dos seus efeitos multiplicadores.

O sucesso e a qualidade dos processos de regeneração urbana dependem, em grande medida, da capacidade territorial de preservar e construir pontos e funções de diferenciação real, mas também da complementaridade entre as soluções adotadas para cada parte da cidade (Neto e Serrano, 2011). A perspectiva multi-escala, nas estratégias a implementar, deverá ser assegurada através da gestão estratégica conjunta das dimensões simbólica, real, potencial e relacional do território.

Em alternativa às intervenções baseadas quase exclusivamente em áreas territoriais delimitadas, Tosics (2009) propõe uma gestão integrada das intervenções públicas para toda a zona urbana, globalmente orientadas para a preservação, salvaguarda e criação de características específicas.

Muitas vezes, os processos de revitalização urbana são ancorados, na perspectiva económica, num número limitado de sectores de atividade (e.g. imobiliário, turismo, cultura, indústrias criativas). No entanto, o modelo de desenvolvimento económico para apoiar os processos de regeneração urbana deve ser projetado de forma a assegurar uma dimensão sistémica e multi-sectorial, também na perspectiva económica – a regeneração urbana enquanto abordagem territorial multisectorial (Neto e Serrano, 2012).

Algumas das soluções adotadas, em matéria de requalificação e revitalização urbana, assentam, como já tivemos oportunidade de afirmar, essencialmente na reprodução mimética, com uma rapidez cada vez maior, de soluções que foram bem sucedidas noutros lugares e que, por isso mesmo, foram sendo tomadas como referência.

Por esta via, as cidades que aspiram à condição de cidade criativa, ou pelo menos partes importantes do seu território, parecem estar a ficar cada vez mais iguais em vários aspetos, nomeadamente: i) nas escolhas setoriais em que procuram assentar o seu modelo de desenvolvimento futuro, logo, nas suas especializações económicas sectoriais; ii) no *stock* e tipologia de infraestruturas e de equipamentos que ambicionam e que procuram possuir; iii) nas abordagens estéticas de requalificação dos espaços urbanos que vão sendo implementadas e que contribuem para a homogeneização e uniformização das paisagens urbanas, quer do ponto de vista arquitetónico, quer quanto ao modo de definir as funcionalidades para os lugares; iv) na procura de soluções padronizadas de vivência.

Nesse processo, muitas cidades estão a degradar um dos seus bens e valores mais preciosos – a sua especificidade e, por consequência, a sua própria identidade²⁰. Estas marcas são substituídas por outras, internacionalmente padronizadas, conjunturalmente apelativas, mas necessariamente descaracterizantes e artificiais e com uma durabilidade não garantida.

Algumas soluções de planeamento urbano adotadas nos últimos anos, tomando o ideal de cidade criativa como referência, estão a tornar as cidades menos diferenciadas, menos singulares, sendo que as implicações no conteúdo social e cultural e na personalidade colectiva dos lugares não estejam ainda suficientemente

²⁰ Sobre identidades urbanas ver, por exemplo e entre outros, Carlos Fortuna (1999), *Identidades, Percursos e Paisagens Culturais*. Oeiras: Celta Editora.

avaliadas. Esta situação, não só desvaloriza o potencial de sucesso dessas intervenções, como provoca uma crescente degeneração da especificidade dos lugares e, em grande medida, da sua identidade própria.

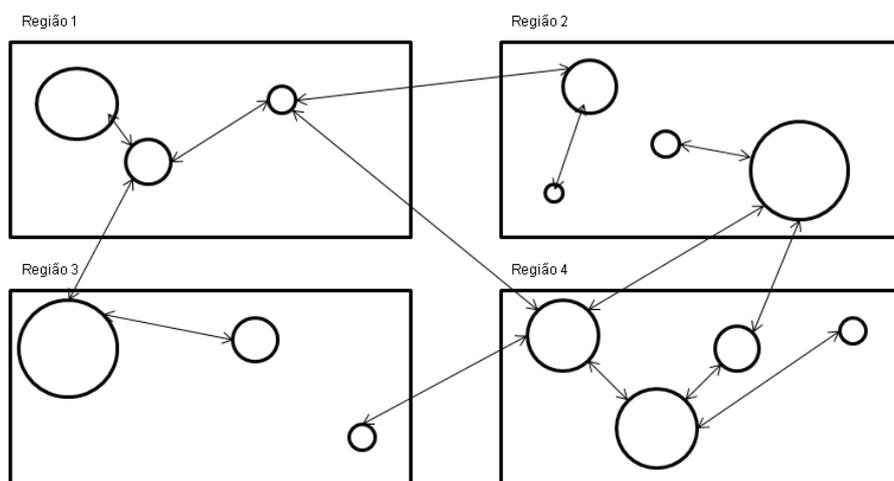
A transformação identitária das cidades resulta das dinâmicas locais de reprodução e recriação, ao longo do tempo, de imagens e valores, da forma como se vão estruturando material e simbolicamente, e de como os seus elementos vão sendo valorizados ou desvalorizados (Fortuna e Peixoto, 2002).

Mas, estas dinâmicas parecem estar a acelerar o seu ciclo temporal de transformação e a fazer convergir os processos de transformação das identidades. Muitas cidades, apostadas no modelo da cidade criativa, na procura de soluções próprias de diferenciação, estão, na prática, a modificar a sua especialização económica sectorial, na busca dos setores da criatividade.

A crescente tendência para a uniformização das estratégias de desenvolvimento urbano parece estar a gerar uma menor diferenciação dos lugares e, conseqüentemente, das paisagens urbanas. Esta realidade é particularmente sensível quando se verifica num conjunto de cidades geograficamente próximas, integrando um sistema urbano regional, ou quando se verificam ou se replicam, ao longo de todo um sistema urbano nacional.

Em grande medida, esta realidade resulta de dificuldades de coordenação a nível regional e nacional, das estratégias de desenvolvimento previstas para cada uma das cidades que compõem esses sistemas urbanos e, em particular, das estratégias para a revitalização urbana que sobre elas estão a ser adoptadas – as iniciativas de intervenção sobre as cidades devem por isso, ser promovidas com base numa abordagem territorial multi-escala (ver figura 2).

Figura 2: A Regeneração Urbana enquanto Abordagem Supra e Inter-territorial



Fonte: Neto e Serrano (2011).

Neste contexto, é absolutamente crucial: i) Assegurar a coerência global territorial dos processos de regeneração e revitalização urbana para o conjunto de cidades que funcionam como um sistema urbano regional; ii) Estimular efeitos da complementaridade entre as cidades e as soluções adotadas; iii) Evitar a reprodução mimética de soluções entre cidades vizinhas; iv) Valorizar a complementaridade e a especificidade ao longo do sistema urbano nacional.

As políticas públicas de suporte aos processos de revitalização e regeneração urbana não devem ser entendidas como mais uma política pública centrada nas cidades. Pelo contrário, devem ser concebidas e implementadas em estreita coordenação sistémica com todas as outras políticas públicas e estratégias em execução num determinado contexto urbano específico.

3. As políticas públicas e a plasticidade e temporalidade dos lugares no processo de planeamento das cidades

Duas das características mais marcantes do território - que muito condicionam a sua própria sobrevivência, as suas oportunidades de desenvolvimento presentes e futuras e constituem um dos maiores desafios que se colocam à definição de estratégias e políticas para o seu planeamento e gestão - são o maior ou menor nível de plasticidade que os caracteriza e o modo de gestão da sua temporalidade (Neto, 2006).

O nível de plasticidade do território está associado à maior ou menor possibilidade de se poder intervir sobre ele, de ser passível de ser moldado, mas também à sua capacidade de se auto-moldar, de se reconverter, de se adaptar a novos desafios internos e externos e de encontrar soluções para sobreviver a choques conjunturais ou de longo prazo (Neto e Serrano, 2011).

A realidade económica e social de qualquer território é o resultado de um processo histórico de sedimentação de políticas públicas²¹, de decisões e de estratégias públicas e privadas. O resultado desse processo é o que lhe confere um conjunto de características económicas e sociais com maior ou menor potencial de desenvolvimento e de valorização, ou reconversão, e uma maior ou menor versatilidade dos seus recursos e agilidade dos seus agentes – isto é, uma maior ou menor plasticidade (Neto, 2007).

A maior ou menor plasticidade de cada território está dependente da sua estrutura económica, das características dos seus sectores económicos predominantes, do grau de sofisticação e diversificação da sua base produtiva, da relevância económica dos recursos disponíveis, do seu nível de desenvolvimento económico, do tipo e qualidade das suas infraestruturas, do nível de formação e qualificação dos seus recursos humanos, das suas opções de entretenimento e da sua vitalidade cultural (Smith e Timberlake, 1995; Avraham, 2004), do nível de inovação e desenvolvimento tecnológico e da natureza dos relacionamentos inter-organizacionais e inter-institucionais presentes no território.

Cada um destes elementos pode ser mais ou menos plástico, em função do nível de desenvolvimento ou sofisticação que o caracteriza, da mesma forma que, a influência que cada um deles tem sobre o nível de plasticidade do território é também diferenciada em função da sua importância relativa em cada realidade económica e social concreta, local ou regional. A maior ou menor plasticidade dos lugares decorre das características intrínsecas do território, do modo como funciona a sua economia local/regional, das particularidades do seu sistema social de produção e do modelo de territorialização das empresas nele instaladas (Neto, 2006, 2007). As estratégias de desenvolvimento implementadas sobre os territórios, em função da sua natureza, podem incorporar ou retirar-lhe plasticidade futura.

O sistema social de produção de um território é a configuração de normas e de regras que regem e influenciam o sistema de relações industriais do território, o seu sistema de formação, os seus critérios e métodos de produção e gestão, a estrutura de relacionamentos entre as empresas nele localizadas e a própria estrutura interna dessas empresas (Hollingsworth, 1998).

²¹ Definidas a diferentes escalas territoriais e por diversos níveis político-administrativos.

O modo como estes aspetos se combinam no território determinam a sua especificidade, a sua originalidade – a sua personalidade – o modo como o território funciona, como se relacionam entre si os agentes económicos e institucionais territorialmente presentes, o modo de funcionamento dos seus modelos de governança territorial e também a sua capacidade de reencontrar novas formas de combinação de recursos (Neto, 2006, 2007).

A personalidade do território e o conjunto de recursos materiais e imateriais de que dispõe constituem/constroem a sua própria identidade. A identidade do território e a tomada de consciência colectiva da sua existência são fatores chave para a construção dos sentimentos de pertença e de solidariedade intra-territorial²² e para a gestão da sua atratividade²³. Neste sentido, as políticas públicas dirigidas aos territórios locais e regionais devem contribuir para o reforço e desenvolvimento da sua plasticidade e para a construção de identidades territoriais diferenciadas (Neto e Serrano, 2011).

A temporalidade do território tem a ver com a passagem do tempo. O território resulta de um processo histórico e é uma construção histórica que, por via da temporalidade, permite distinguir espaço e território – o território enquanto construção socioeconómica alimenta-se de temporalidades.

A temporalidade²⁴ do território é a forma como o tempo passa no território, o tempo de decisão, o tempo de reação, a decisão para cada tempo, o tempo em que as empresas estão nele presentes, o tempo de vida das próprias empresas, o tempo que as suas vantagens comparativas e competitivas perduram e fazem a diferença (Neto, 2007).

A identidade dos lugares é definida pela cultura sócio-organizacional que os caracteriza, pela cultura e conhecimento neles presente, pelo processo histórico por que passaram e pelos fatores de natureza antropológica que o determinam. A identidade dos lugares é inseparável da sua paisagem física e da sua herança cultural – a cultura artística, a arquitetura ou o ambiente natural que o define e lhe dá um carácter único.

A construção da identidade e o processo de percepção do território está fortemente relacionada com o próprio processo de construção da memória colectiva do território. Memória formal e informal do e sobre o território, memória sobre as políticas públicas e projetos aplicados, memória sobre os resultados dessas políticas, memória dos casos de sucesso e de insucesso, memória sobre a sua história e valores fundamentais (Serrano, Gonçalves e Neto, 2005).

A gestão da temporalidade é um dos maiores desafios que se colocam ao planeamento territorial e aos seus responsáveis político administrativos. Uma gestão da temporalidade de curto, médio e longo prazo, que assegure a perenidade do desenvolvimento de cada território e amortize os ciclos de flutuação do nível de desenvolvimento e de competitividade dos setores económicos nele localizados.

A gestão do tempo do, e no, território exige uma gestão assente na compreensão do passado do território, no rigoroso conhecimento do seu modo de funcionamento presente e na capacidade de antecipação e de pré-construção do seu futuro. Uma gestão territorial de tipo reativo, assente na procura de soluções para necessidades conjunturais presentes, deverá dar lugar a uma gestão territorial de tipo pró-ativo, baseada na previsão de alterações sectoriais ou estruturais e na antecipação de necessidades futuras e de soluções para

²² Sobre a questão da identidade dos territórios e sua relação com a definição das políticas públicas e modelos de governação ver, por exemplo, Tewdwr-Jones e Allmendinger (2006).

²³ Uma questão crucial para o processo de planeamento das cidades é também o modo de gestão das suas percepções internas e externas. A percepção da cidade, das suas potencialidades, necessidades e das soluções de desenvolvimento, das populações e agentes económicos e institucionais nela residentes é muitas vezes distinta da das populações e agentes que lhe são afectiva e geograficamente externos. Da mesma forma que não é uma só a percepção sobre o território dos diferentes agentes nele presentes.

²⁴ Temporalidade no sentido do próprio ciclo de desenvolvimento e de vida do território.

a sua resolução e ainda na definição e implementação de estratégias diferenciadoras de longo prazo, isto é, de futuro.

Nota Final

As cidades criativas são apresentadas como soluções urbanas, que apostando nas atividades associadas à criatividade, à inovação e ao conhecimento, asseguram a concretização de modelos territoriais de desenvolvimento potenciadores de condições identitárias específicas, com elevados níveis de inclusão social e de desempenho económico e cultural.

Os processos de requalificação e revitalização urbana, discutidos neste artigo, parecem ter conduzido a uma rápida transposição dos fundamentos e objetivos da abordagem das cidades criativas para os territórios urbanos. Contudo, a replicação mimética de soluções padronizadas a várias escalas territoriais, associadas a esses processos, tendem a potenciar a crescente uniformização das paisagens urbanas e a transformação da identidade, da plasticidade e da temporalidades das cidades, valores que importa salvaguardar.

Referências bibliográficas

- Avraham, E. (2004). "Media Strategies for Improving an Unfavourable Image of City", *Cities*, 21 (6), pp. 471-479.
- Aydalot, P. (ed.) (1986). *Millieu Innovateur en Europe*. Paris: GREMI.
- Carrillo, J. (2004). "Capital Systems: Implications for a Global Knowledge Agenda", *Journal of Knowledge Management*, 6 (4), pp. 28-46.
- Costa, P.; Seixas, J. e Roldão, A. (2009). "From 'Creative Cities' to Urban Creativity? Space, Creativity and Governance in the Contemporary City", Working Paper 2009/80. Lisboa: Dinamia/ISCTE.
- Cunha, I. e Selada, C. (2009). "Creative Urban Regeneration: The Case of Innovation Hubs", *International Journal of Innovation and Regional Development*, 1(4), 494-501.
- Florida, R. (2002), *The Rise of Creative Class and How it's Transforming Work, Leisure, Community and Every Day Life*. New York: Basic Books.
- Fortuna, C. e Peixoto, P. (2002). "A recriação e reprodução das representações no processo de transformação das paisagens urbanas de algumas cidades portuguesas", in Carlos Fortuna e Augusto Santos Silva (org.), *Projecto e Circunstância. Culturas Urbanas em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 17-21.
- Guerra, I.; Seixas, J.; Freitas, M. J.; Moura, D.; Afonso, J.; Almeida, M. e Caleia, N. (2005). *Políticas Públicas de Revitalização Urbana. Reflexões para a Reformulação Estratégica e Operacional das Actuações a Concretizar no QREN*. Lisboa: ISCTE/CET.
- Hall, P. (2000). "Creative Cities and Economic Development", *Urban Studies*, 37(4), pp. 639-649.
- Hall, T. e Hubbard, P. (eds.) (1998). *The Entrepreneurial City: Geographies of Politics of Regime of Representation*. Chichester: Willey.
- Hollingsworth, R. (1998). "Territoriality in Modern Societies: The Spatial and Institutional Nestedness of National Economies" in Stefan Immerfall (ed.), *Territoriality in The Globalizing Society. One Place or None?*. Berlin: Springer-Verlag.

INTELI (2011). *Creative-based Strategies in Small and Medium-sized Cities: Guidelines for Local Authorities*. Report produced under the project Creative Clusters in Low Density Urban Areas, supported by the URBACT II Programme of the European Commission.

Kominos, N. (2006). "The Architecture of Intelligent Cities. Integrating Human, Collective and Artificial Intelligence to enhance Knowledge and Innovation", comunicação apresentada na 2nd International Conference on Intelligent Environments. Atenas (Grécia), 5 e 6 de Julho de 2006.

Komninos, N. (2002). *Intelligent Cities*. London: Spon Press.

Kresl, P. (1995). "The Determinants of Urban Competitiveness: a Survey", in Peter Kresl and Gary Gappert (eds.) *North American Cities and Global Economy*. Beverly Hills, Sage.

Landry, C. (2000). *The Creative City: A Toolkit for Urban Innovators*. London: Earthscan Publications Ltd.

Leitner, H. e Sheppard, E. (1998). "Economic Uncertainty, Inter-Urban Competition and the Efficacy of Entrepreneurialism", in Tim Hall and Phil Hubbard (eds) *The Entrepreneurial City: Geographies of Politics of Regime of Representation*, Willey, Chichester.

Liefoghe, C. (2010). "The Creative City: an Utopia or a Model of Development?", comunicação apresentada no 50th *European Congress of the Regional Science Association International*, Jönköping (Suécia), 19 a 23 de Agosto de 2010.

Magalhães, C. (2004). "Centers of Excellence for Urban Regeneration: Promoting Institutional Capacity and Innovation or Reaffirming Old Ideas", *Planning Theory & Practice*, 5(1), pp. 33-47.

Maillat, D. e Kebir, L. (1999). "Learning Regions et Systèmes Territoriaux de Production", *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, 3, pp. 429-448.

Müller, K.; Rammer, C.; e Trüby, J. (2009). "The role of creative industries in industrial innovation", *Innovation: Management, Policy & Practice*, 11(2), pp. 148-168.

Neto, P. (2007). "Strategic Planning of Territorial Image and Attractability" in Álvaro Matias, Peter Nijkamp e Paulo Neto (eds.), *Advances in Modern Tourism Research*. Berlin: Springer Verlag, pp. 233-257.

Neto, P. (2006). "Tecnologias da Informação e Desenvolvimento Regional – A Construção da Memória Informacional do Território", in Paulo Neto (coord.), *Território e Desenvolvimento Económico*. Lisboa: Editora Instituto Piaget, pp. 35-58.

Neto, P. (2013). Identity and Plasticity in the Reshaping Processes of Urban Landscape. In *Proceedings of the 10th Meeting of the Workshops of the Council of Europe for the Implementation of the European Landscape Convention – Multifunctional Landscapes*. Council of Europe e Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território. Évora, Universidade de Évora, 20-21 October 2011. Strasbourg: Council of Europe Publishing, *European Spatial Planning and Landscape*, No 97, pp. 30-37.

Neto, P. e Serrano, M. M. (2010). "Clusters, Governance and Business Intelligence", comunicação apresentada no 50th *European Congress of the Regional Science Association International*, Jönköping (Suécia), 19 a 23 de Agosto de 2010.

Neto, P. e Serrano, M. M. (2011). "Governance and City Regeneration - a New Methodological Approach for Design and Evaluation", comunicação apresentada no 51st *European Congress of the Regional Science Association International*, Barcelona (Espanha), 30 de Agosto a 3 de Setembro de 2011.

Neto, P. e Serrano, M. M. (2012). A identidade e a plasticidade territorial e os processos de regeneração urbana. In Atas do VII Congresso Português de Sociologia - Sociedade, Crise e Reconfigurações. Porto, Faculdade de Letras e Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, 19 a 22 de junho de 2012 http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/ finais/PAP0433_ed.pdf.

Neto, P.; Couto, J. e Natário, M. (2009). "Governance and the Determinants of Local Economic Development", in Teresa Vaz e Peter Nijkamp (eds.), *Traditional Food Production and Rural Sustainable Development: A European Challenge*. Aldershot: Ashgate, pp. 81-100.

OECD (2001). *Local Partnerships for Better Governance*. Paris: OECD Publications.

OECD (2007). *Competitive Cities: A New Entrepreneurial Paradigm in Spatial Development*. Paris: OECD Publications.

Pinho, A. (2009). *Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana. Análise da Experiência Portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Dissertação de Doutoramento.

Pratt, A. (1996), "The Emerging Shape and Form of Innovation Networks and Institutions", in James Simmie (ed.), *Innovation, Networks and Learning Regions*. London: Jessica Kingsley, pp. 124-136.

Pratt, A. (2004). "Mapping the Cultural Industries: Regionalization, the Example of South East England" in Allen Scott e Dominic Power (eds), *The Cultural Industries and the Production of Culture*. London: Routledge, pp. 19-36.

Rato, B.; Roldão, A. e Mühlen, O. (2009). "A Typology of Creative Cities in the World – Lessons Learned", Working Papers 2009/82. Lisboa: Dinamia/ISCTE.

Ratti, R.; Gordon, R. e Bramanti, A. (eds.) (1997). *The Dynamics of Innovative Regions: the GREMI Approach*. Aldershot: Ashgate.

Scott, A. (2006), "Creative Cities: Conceptual Issues and Policy Questions", *Journal of Urban Affairs*, 28(1), pp. 1-17.

Serrano, A.; Gonçalves, F. e Neto, P. (2005). *Cidades e Territórios do Conhecimento. Um Novo Referencial para a Competitividade*. Lisboa: Edições Sílabo.

Simmie, J. (2001), *Innovative Cities*. London: Spon Press.

Smith, D. e Timberlake, M. (1995). "Conceptualizing and Mapping the Structure of World System Cities System", *Urban Studies* 32(2), pp. 287-302.

Tewdwr-Jones, M. e Allmendinger, P. (Eds) (2006). *Territory, Identity and Space: Spatial governance in a fragmented nation*. London: Routledge.

Tosics, I. (2009). "Dilemmas of Integrated Area-Based Renewal Programs", *The URBACT Tribune 2009*, 27-30.

Tousend, A. (2001). "The Internet and the rise of the new network cities", *Environment and Planning B: Planning and Design*, 28, pp. 39-58.

Towse, R. (2003). (ed.), *A Handbook of Cultural Economics*. Cheltenham: Edward Elgar.

UNCTAD (2008), *Creative Economy Report—The Challenging of Assessing the Creative Economy: towards Informed Policy-making*. Brussels: KEA.

Van Winden, W. e Van Der Berg, L. (2004). *Cities in the Knowledge Economy: New Governance Challenges*. Rotterdam: EURICUR.

Verwijnen, J. (1999). "The Creative City's New Field Condition. Can Urban Innovation and Creativity Overcome Bureaucracy and Technocracy?", in Jan Verwijnen e Panu Lehtovuori (eds.), *Creative Cities. Cultural Industries – Urban Development and the Information Society*. Helsinki: UIAH Publications, pp. 12-35.

Wu, W. (2005). "Dynamic Cities and Creative Clusters". Working Paper 3509, February. Washington: World Bank Policy Research.

Wynne, D. (1992), *The Culture Industry: The Arts in Urban Regeneration*. Aldershot: Avebury.



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA



QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional